

Comunidades Virtuais de Ensino e Aprendizagem como ferramenta para implementação de áreas protegidas no Brasil

Virtual Teaching and Learning Communities as a tool for the protected areas implementation in Brazil

Maria Jasylene Pena de Abreu¹ e Ana Cíntia Guazzelli². 1. WWF-Brasil; 2. Autônoma (Brasil)

Resumo

Nos últimos cinco anos, no intuito de contribuir para a implementação de unidades de conservação brasileiras de maneira mais efetiva, o WWF-Brasil busca inovar e desenvolver atividades através de serviços disponíveis nas chamadas redes sociais online. O espaço cibernético tem sido a ferramenta de suporte de discussão, compartilhamento de experiências e produção de material informativo de dois grupos distintos: Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de Unidades de Conservação e Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Gestão Participativa de Áreas Protegidas. Para vencer as barreiras geográficas peculiares ao Brasil e sistematizar experiências, o WWF-Brasil, em parceria com outras organizações não governamentais e órgãos governamentais, vem aprofundando as temáticas de 'gestão participativa' e 'elaboração de plano de manejo', com o objetivo de contribuir na implementação de unidades de conservação brasileiras de maneira mais efetiva. O trabalho está centrado em duas comunidades virtuais de ensino e aprendizagem que abordam esses dois temas. Em ambas, o sistema de funcionamento ocorre através de encontros presenciais, um ou dois por ano, e em discussões online, usando os serviços disponíveis gratuitos, como o Google Doc.

Astract

In the last five years, in order to contribute effectively to the Brazilian protected areas implementation, WWF-Brazil seeks to innovate and develop activities through services available in online social networks. The cyberspace has been the support tool for discussion, sharing experiences and information material production of two distinct groups: Teaching and Learning Community in Protected Areas Planning and Teaching and Learning Community in Participatory Management of Protected Areas. To overcome the peculiar geographical barriers in Brazil and systematize experiences, WWF-Brazil, in partnership with other non-governmental organisations and Government agencies, has been deepening the themes of 'participative management' and 'management plan elaboration', with the aim to contribute to the Brazilian protected areas implementation. The work is centered on two Virtual Teaching and Learning Communities that address these two issues. In both, the operating system occurs through meetings, one or two per year, and in online discussions, using available free services like Google Doc.

Palavras chave

Comunidade virtual; Plano de manejo; Gestão participativa; Redes sociais.

Key-words

Virtual Community; Management Plan; Participatory Management; Social Networking

Introdução

A constituição das Comunidades de Ensino e Aprendizagem virtuais apoiadas pelo WWF-Brasil tem origens diferentes, mas bebem na mesma fonte de interesse: ambas visam a construção coletiva e participativa de lições aprendidas a partir de experiências práticas.

A proposta de criação da Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Gestão Participativa de Áreas Protegidas nasceu a partir de um estudo denominado: Reflexões sobre Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais apoiadas pelo WWF-Brasil. O trabalho foi desenvolvido nas seguintes unidades de conservação federais: Reservas Extrativistas Chico Mendes e Cazumbá Iracema; e Florestas Nacionais de Macaú e de São Francisco, todas no estado do Acre; e no Parque Nacional do Juruena, nos estados do Mato Grosso e Amazonas, Brasil.

O resultado do estudo foi discutido com as instituições envolvidas: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio, WWF-Brasil e Cooperação Técnica Alemã-GIZ; com os conselhos gestores das UC e em fóruns abertos, como o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação-CBUC e Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social-SAPIS.

A partir da análise das constatações levantadas pelo trabalho de reflexão e pelas discussões suscitadas nos fóruns, emergiu a necessidade de aprofundamento e ampliação da discussão sobre os processos de funcionamento dos conselhos gestores de unidades de conservação.

Somado ao entendimento de que a atuação efetiva desses fóruns na gestão das unidades de conservação é ainda, de forma geral, um desafio e que as respostas a este desafio são construídas a partir das experiências que equipes das UC e conselheiros desenvolvem no cotidiano da gestão, aprendendo e adaptando constantemente em função das dinâmicas locais, o ICMBio e o WWF-Brasil decidiram propor um grupo de discussão, aprendizagem e proposição na temática de gestão participativa de áreas protegidas.

Já a Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de Unidades de Conservação nasceu de uma discussão no contexto do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, do Ministério do Meio Ambiente-MMA, sobre os processos de elaboração de planos de manejo, especificamente em relação ao tempo, aos custos e à profundidade técnica dos estudos realizados, com o apoio da Cooperação Técnica do Programa formada pelo WWF-Brasil e GIZ. A partir da análise dos processos de planejamento de UC apoiadas pelo ARPA, foram feitas recomendações de planejamento mais eficientes e

identificada a necessidade de aprofundamento e ampliação da discussão sobre os processos de planejamento de unidades de conservação.

Além dessas questões práticas que trouxeram à baila a constituição das Comunidades Virtuais, é possível dizer que o cenário da conservação no Brasil está imbuído do que pregam os novos paradigmas conservacionistas, que requerem respostas metodológicas modernas e adaptadas às exigências dos desafios futuros. Essas metodologias se constroem a partir das experiências que os técnicos desenvolvem no campo, aprendendo e adaptando, em constante e intenso dinamismo.

Em particular, o planejamento e a gestão das unidades de conservação estão imersos em uma dinâmica que segue as mudanças sociais, econômicas, biofísicas e, em especial, aquelas relacionadas aos modelos de governança que procuram uma maior participação e equidade nos processos de tomada de decisão referentes a sua gestão.

Não há um método específico que responda a todas as exigências, motivo pelo qual se faz necessária constante adaptação com base nos aprendizados.

Nesse sentido, de fundamental importância se tornam a análise e a sistematização das experiências de campo, com base na realidade e nas necessidades. Sendo as-

sim, os métodos devem ser dinâmicos, fundamentados na aprendizagem e com alta capacidade de adaptação, de acordo com a conjuntura em que se desenvolvem os processos.

A desatualização do conhecimento é um fenômeno que acontece de forma muito rápida. Soma-se a isso a velocidade com a qual estão se dando as mudanças em todas as partes do mundo e em particular na gestão de unidades de conservação.

Desta forma, a aprendizagem para os técnicos que trabalham nesta área não deve ser um ato que se resolve com um evento verticalizado e cartesiano, mas sim um processo sistemático, dinâmico, horizontal, realista e sob um olhar construtivista. Essas características definem a abordagem na qual as Comunidades de Ensino e Aprendizagem se inserem.

As comunidades virtuais

Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de Unidades de Conservação

A Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de Unidades de Conservação, com foco na Amazônia brasileira, foi criada em 2009 no contexto do Programa Áreas Protegidas da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente-ARPA/MMA,

com apoio de suas cooperações técnicas à época, GIZ e WWF-Brasil, em parceria com a Escola Latino Americana de Áreas Protegidas–ELAP.

Atualmente, reúne 36 participantes, representantes de diferentes setores da sociedade, como órgãos públicos federais e estaduais, entidades de ensino e outras instituições, públicas e privadas, com experiência prática no planejamento e manejo de unidades de conservação.

Essa Comunidade tem como objetivo geral: *“contribuir para tornar os esforços de planejamento em unidades de conservação brasileiras mais eficientes, visando uma gestão socialmente justa, participativa e efetiva para a conservação da natureza, com ênfase na Amazônia”*. Possui ainda os seguintes objetivos específicos:

- Gerar uma fonte sistemática e confiável de lições aprendidas, específica para o planejamento de unidades de conservação;
- Contribuir para o aprimoramento das metodologias utilizadas nos esforços de planejamento de unidades de conservação;
- Desenvolver uma base de informações que compile, sistematize e divulgue as experiências de planejamento e implantação de planos de manejo em unidades de conservação, mantendo um processo contínuo de análise sobre o tema;
- Fomentar a difusão de lições aprendidas, por meio de publicações e espaços de discussão com a comunidade

técnica-científica vinculados ao planejamento de unidades de conservação;

- Desenvolver e oferecer um programa de ensino em planejamento e implementação de planos de manejo;
- Promover a integração entre os resultados de execução de planos de manejo e os processos de planejamento.

Resultados esperados

- I. Contribuições para melhoria dos processos de planejamento em unidades de conservação, assim como para sua implementação;
- II. Disseminação dos conhecimentos e boas práticas por parte dos membros da Comunidade de Ensino e Aprendizagem;
- III. Maior capacidade técnica da Comunidade de Ensino e Aprendizagem na área de planejamento de unidades de conservação;

Sistematização de lições aprendidas e análise das experiências com recomendações concretas sobre temas específicos em planejamento de unidades de conservação.

Resultados alcançados

a. Reflexões realizadas por meio de análise de sistematização da experiência

- A Comunidade se constituiu ao longo desses seis anos como um grupo que

construiu coletivamente aprendizados com base nas experiências práticas e teóricas de seus integrantes em temas relacionados a planos de manejo.

- É um espaço democrático no qual as experiências individuais são valorizadas de forma equitativa por todos.
- A Comunidade é entendida por seus membros como um processo em construção, no qual se aplica a Gestão Adaptativa, de forma concreta e contínua, com monitoramento e adequação constantes para o melhor cumprimento de seus objetivos.
- Ao longo de sua implementação, foram incorporados valores ou premissas que hoje são considerados, por seus integrantes, como parte de sua identidade, a saber: a construção coletiva de aprendizados, a corresponsabilidade, a horizontalidade das relações e a adaptabilidade.
- A Comunidade tem contribuído para a melhoria da prática das instituições, analisando questões relacionadas à gestão de UC de maneira sistêmica, já que integra entre seus membros diferentes expertises e lideranças atuantes na área da conservação. Esse olhar mais amplo sobre as questões permite uma análise mais profunda, propiciando respostas melhor embasadas para os desafios de gestão.

Publicações da Comunidade

As publicações foram impressas e digitalizadas e são frequentemente distribuídas para técnicos que atuam nas diferentes instituições, com foco no planejamento e gestão de UC, sendo citadas e referendadas em trabalhos técnicos.

2010: Lições Aprendidas sobre a Organização para a Elaboração de Planos de Manejo. Cadernos Arpa – MM. – 1.500 cópias impressas;

2010: Comunidade de Ensino e Aprendizagem no Planejamento de Unidades de Conservação – Construindo a Prática e Melhorando Aprendizados. VIII Convención Internacional sobre Medio Ambiente y Desarrollo. Cuba;

2011: Aprendizados para Aprimorar a Prática-a experiência da Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de Unidades de Conservação. Cadernos Arpa – MMA. 2011.

2011: Teoria e Prática do Enfoque Ecosistêmico-a Visão da Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de Unidades de Conservação. Paper relacionados às lições aprendidas sobre a aplicação do enfoque ecossistêmico em planos de manejo.

2012: Lições Aprendidas sobre a Fase de Elaboração de Diagnóstico em Planos de Manejo. WWF-Brasil.

2013: Lições Aprendidas sobre Participação Social em Planos de Manejo. WWF-Brasil.

2015: Lições Aprendidas sobre Zoneamento em Planos de Manejo. WWF-Brasil.

Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Gestão Participativa de Áreas Protegidas

A Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Gestão Participativa de Áreas Protegidas, criada em fevereiro de 2014, foi articulada pelo Instituto Chico Mendes em parceria com o WWF-Brasil. Sua proposta de criação surgiu a partir de um trabalho realizado pelo WWF-Brasil, denominado “Reflexões sobre Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais apoiadas pelo WWF-Brasil”. O trabalho foi desenvolvido em UC federais do Acre e Mato Grosso: Reservas Extrativistas Chico Mendes e Cazumbá Iracema; Florestas Nacionais de Macaúã e de São Francisco e Parque Nacional do Juruena.

O resultado desse trabalho foi discutido com as instituições envolvidas (ICMBio e WWF-Brasil), conselhos gestores das UC,

no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação - CBUC e, também, no Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPIS, em 2011 e 2013, respectivamente.

A partir da análise das constatações levantadas pelo trabalho de reflexão e pelos debates suscitados nos fóruns, foi identificada a necessidade de aprofundamento e ampliação da discussão sobre os processos de funcionamento dos conselhos gestores de unidades de conservação.

Somado ao entendimento de que a atuação efetiva desses fóruns na gestão das unidades de conservação é ainda, de forma geral, um desafio e que as respostas a este desafio são construídas a partir das experiências que equipes das UC e conselheiros desenvolvem no cotidiano da gestão, aprendendo e adaptando constantemente em função das dinâmicas locais, o ICMBio e o WWF-Brasil decidiram propor um grupo de discussão, aprendizagem e proposição na temática de gestão participativa de áreas protegidas, iniciando com foco nos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação.

Os conselhos gestores de UC estão imersos em uma dinâmica orientada por mudanças sociais, econômicas, ambientais e, em particular, pelos modelos de governança que procuram uma maior participação e equidade nos processos de tomada de decisão.

Não há um único método de condução que garanta a atuação efetiva dos conselhos na gestão das UC, motivo pelo qual é desejável o compartilhamento de experiências que possam inspirar abordagens práticas e gerar aprendizados.

Nesse sentido, é fundamental analisar e sistematizar as experiências de gestão, com base nas diferentes realidades e necessidades visando desenvolver análise crítica e alta capacidade criativa, de acordo com a conjuntura em que se desenvolvem os processos.

Para tanto, a Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Gestão Participativa de Áreas Protegidas conta atualmente com 38 membros, representantes dos governos federal, estaduais, lideranças comunitárias e ONG, que têm contribuído para a construção do conhecimento por meio de uma abordagem sistemática, dinâmica, horizontal e realista.

O objetivo principal dessa Comunidade é: *“contribuir para o fortalecimento da gestão das Áreas Protegidas, incluindo suas interfaces com outras áreas, de forma socialmente justa, democrática, participativa e efetiva para conservação da biodiversidade”*.

Objetivos específicos

- I. Contribuir para tornar os conselhos gestores fóruns ativos na gestão de áreas protegidas;
- II. Gerar uma fonte sistemática e diversa de lições aprendidas sobre gestão participativa de áreas protegidas, com foco inicial no funcionamento de seus conselhos gestores;
- III. Aprimorar metodologias que facilitem a gestão participativa das áreas protegidas, incluindo pesquisas sobre o tema;
- IV. Desenvolver uma base de informações que compile, sistematize e divulgue as experiências de gestão participativa, com foco inicial no funcionamento dos conselhos gestores em unidades de conservação, mantendo um processo contínuo de análise sobre o tema;
- V. Fomentar a difusão de lições aprendidas, por meio de publicações e espaços de discussão com a comunidade envolvida;
- VI. Constituir-se em um espaço de ensino-aprendizagem continuado, de compartilhamento de experiências e conhecimentos.
- VII. Buscar aproximação com as entidades e fóruns responsáveis pela gestão das Terras Indígenas e Territórios Quilombolas, visando trocas de experiências e alinhamento do planejamento da gestão participativa, sobretudo nas áreas passíveis de formação de Mosaicos de Áreas Protegidas.

Funcionamento metodológico e operativo das Comunidades

As comunidades seguem o Documento Base, uma carta de princípios e direcionamento, para seu funcionamento, que foi elaborado no primeiro encontro que as constituiu. Esse documento norteia as ações das comunidades, bem como a entrada e saída de seus membros, e regulamenta também as participações nas publicações (2009. Documento Base da Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de Unidade de Conservação e 2014; Documento Base da Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Gestão Participativa de Áreas Protegidas).

Os componentes das Comunidades são chamados de “pessoas parte”, selecionados, em um primeiro momento, a partir da indicação de vários parceiros.

O compromisso das “pessoas parte” de participar é pessoal, com o aval institucional, quando for procedente. Após a formação dos primeiros grupos, a entrada de novos participantes está condicionada à indicação de um membro com participação ativa; à resposta antecipada a um bloco de perguntas e assinatura de uma carta de compromisso.

Reuniões presenciais

As reuniões presenciais geralmente ocorrem a cada seis meses. Os primeiros encontros das Comunidades foram realizados para a formalização de sua constituição, elaboração do Documento Base, que orienta seu funcionamento, definição das estruturas e elaboração do plano de ação.

Nos demais encontros, cada um a seu tempo, aproveitam a oportunidade para monitorar o plano de ação e consolidar as discussões virtuais. Os detalhes dos encontros presenciais são acordados pelos membros sob a coordenação da secretaria executiva, que definem, por exemplo, a duração e produtos a serem elaborados. Para esses encontros é permitido o convite de especialistas que não fazem parte da Comunidade, mas podem trazer novos aportes de conhecimentos e experiências ao grupo.

Nesses momentos se trabalha a sistematização das discussões e das conclusões obtidas pela Comunidade. Aproveita-se também para avaliar a dinâmica de funcionamento da Comunidade e fazer os ajustes necessários.

Ambiente virtual entre reuniões

Nos intervalos entre as sessões presenciais, as “pessoas parte” mantêm um fluxo de comunicação pela web através do

Google Grupos. Por meio dessa ferramenta os membros conseguem baixar e subir arquivos, realizar discussões e sistematizar informações. A manutenção do fluxo de informações é incentivada e facilitada por moderador.

Identificação e socialização dos produtos
Da produção das Comunidades, geralmente surgem quatro produtos. O primeiro são as sistematizações produzidas pelas “pessoas parte” da Comunidade e representam a matéria-prima das discussões; qualquer convidado também pode agregar informação ao processo. O segundo tipo de produto são as lições aprendidas, que basicamente se referem às conclusões das análises das experiências vivenciadas pelas “pessoas parte”. O terceiro produto se refere às recomendações concretas de melhoramento ou mudança de metodologias, roteiros, políticas, práticas, procedimentos, diretrizes ou qualquer outro tipo de instrumento que norteie a elaboração de planos de manejo no Brasil, no caso da Comunidade de Ensino e Aprendizagem no Planejamento de Unidades de Conservação. Para a Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Gestão Participativa de Áreas Protegidas o terceiro produto é a sistematização de recomendações concretas de melhoramento ou mudança de metodologias, práticas, procedimentos, diretrizes ou qualquer outro tipo de instrumento que norteie a gestão participativa e em especial o funcionamento dos conselhos gestores das UC no Brasil. O quarto e

último produto são as memórias das sessões, que contém o resumo das discussões e todos os produtos anteriores.

Todo este material é socializado com o objetivo de provocar impacto na comunidade técnica do Brasil e influenciar as políticas públicas referentes às áreas de atuação. Os meios de divulgação desses produtos têm sido as redes sociais, as plataformas virtuais e as publicações impressas e virtuais. Todos os produtos publicados podem ser encontrados no site: www.wwf.org.br.

Governança das Comunidades

A Secretaria Executiva é o principal órgão gestor das Comunidades, formada pelas instituições que compõem o grupo. Também contam com uma Moderação, que, por falta de recurso financeiro, atualmente tem sido compartilhada pelas pessoas partes.

A moderação tem como função e responsabilidade convocar as sessões de trabalho, de incentivar a participação efetiva dos membros de forma equitativa, de dar apoio aos membros, de elaborar resenhas sobre o andamento dos trabalhos, promover consensos, coordenar processos de sistematização de informações, propor prazos aos membros e elaborar relatórios sobre o andamento das ações, além de apoiar a organização e a sistematização dos resultados obtidos nas sessões presenciais de trabalho. Ela não chefia

nenhum dos membros da Comunidade e presta contas à Secretaria Executiva.

O segundo órgão gestor é a Membresia, que se constitui dos membros formalmente inscritos nas Comunidades de Aprendizagem. Tem a responsabilidade de assegurar a qualidade técnica das discussões e dos produtos e de tomar as decisões técnicas.

O grupo possui uma estrutura de funcionamento horizontal, com encontros presenciais a cada seis meses. Entre as sessões presenciais, as “pessoas parte” mantêm um fluxo de comunicação por meio da ferramenta da web, vinculada a um fórum virtual, que permite a troca de arquivos, realização de discussões e a disponibilização de informações. No ambiente virtual são postadas reflexões na forma de perguntas-norteadoras ou exercícios sobre um tema em discussão, que são respondidas pelo grupo e sistematizadas pela Moderação ou Secretária Executiva.

Todas as lições aprendidas e as recomendações das Comunidades são sistematizadas e a socialização desses resultados se dá tanto na forma de publicações técnico científicas, com circulação principalmente no ambiente de gestão de áreas protegidas, ou de apresentação de trabalhos em congressos na área da conservação ambiental, como através de ações individuais, de modo informal, por meio da transmissão de aprendizados pelos inte-

grantes a seus pares nas instituições nas quais atuam.

Monitoramento dos resultados

A Comunidade possui um plano de ação. O documento apresenta o planejamento das atividades do grupo e o nível de efetividade das ações desenvolvidas, considerando os resultados do processo, que impactam a gestão da Comunidade (indicadores de processo) e os resultados da Comunidade, que impactam a gestão de áreas protegidas, no que se refere à gestão participativa. Os indicadores são construídos com a contribuição e aval dos membros das Comunidade.

Conclusão

As Comunidades Virtuais de Ensino e Aprendizagem se constituem em importantes ferramentas de apoio à implementação efetiva das áreas protegidas no Brasil. Utilizar o espaço cibernético, valendo-se de serviços gratuitos como o Google Doc para fomentar discussões online permite, de maneira inovadora, a construção coletiva e participativa de aprendizados a partir do compartilhamento de experiências práticas e garantem maior equidade nos processos de tomadas de decisão referentes à gestão das unidades de conservação brasileiras.

O aprofundamento das temáticas ‘gestão participativa’ e ‘elaboração de plano de manejo’ através das Comunidades Virtuais de Ensino e Aprendizagem tem possibilitado a construção de uma nova metodologia, adaptativa e dinâmica, em um espaço de ensino-aprendizagem continuado para o estabelecimento de um modelo de governança mais efetivo.

Os produtos gerados a partir da sistematização das informações trocadas durante as discussões virtuais e nos encontros presenciais se destacam como ferramentas funcionais para provocar impacto na comunidade técnica do Brasil e influenciar as políticas públicas referentes ao planejamento e manejo das áreas protegidas.

Entendidas ainda como um processo em construção, tanto a Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de Unidades de Conservação quanto a Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Gestão Participativa de Áreas Protegidas, já podem ser consideradas provedoras de importantes contribuições para a efetivação de uma gestão socialmente justa e democrática para a conservação da biodiversidade.

Referências bibliográficas

- ARGUEDAS, S. M. (2008). Proposta Técnica para a Formação de uma Comunidade de Ensino e Aprendizagem sobre Planos de Manejo para o Brasil. ELAP/WWF/ GTZ, 2008.
- CARRILLO, A.C.; LUZ, L.; CATAPLAN, M. I; ARGUEDAS, S. M; VASCONCELOS, J. (2011). Comunidade de Ensino e Aprendizagem no Planejamento de Áreas Protegidas – Construindo Aprendizados e Melhorando a Prática. Trabalho apresentado na VIII CONFERENCIA INTERNACIONAL DE MEDIO AMBIENTE Y DESSARROLLO SOSTENIBLIE. Cuba.
- COMUNIDADE DE ENSINO E APRENDIZADO NO PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (2009). Bases da Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de Unidades de Conservação. Relatório técnico. Realização Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, Escola Latino Americana de Áreas Protegidas – ELAP, WWF – Brasil e Cooperação Técnica Alemã-GIZ. Brasília: MMA.
- COMUNIDADE DE ENSINO E APRENDIZADO NO PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (2010). Lições Aprendidas sobre a Organização para o Planejamento em Unidades de Conservação; realização Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, Escola Latino Americana de Áreas Protegidas – ELAP, WWF – Brasil e Cooperação Técnica Alemã-GTZ. Brasília: MMA.
- JARA, Oscar (2006). Para sistematizar Experiências. Tradução de Maria Viviana V. Resende, 2.ed. revista, Brasília, MMA. Programa Especial Para La Seguridad Alimentaria - Pesa En Centroamérica. Organización De Las Naciones Unidas Para La Agricultura Y La Alimentación (Fao): Guia Metodologica para Sistematización, 2004.
- Ministério do Meio Ambiente (MMA) (2011). Aprendizados Para Melhorar a Prática - a experiência da Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de Unidades de Conservação. Série Cadernos Arpa – MMA.
- ZIMMERMANN, Neusa (org) (2003). Sistematizando Caminhos. Transposição de obstáculos e ocupação de espaços no mundo do trabalho. Publicação do Fundo para Igualdade de Gênero (FIG) Agência Canadense para o Desenvolvimento.